



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE COMO MÉTODO
PARA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS
DE POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: : UMA
ANÁLISE A PARTIR DOS CESOL**

KARINE CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, EDGILSON TAVARES DE ARAUJO,

**GRUPO TEMÁTICO: 13 Relações Raciais e
Interseccionalidade na Administração Pública**

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

A importância da interseccionalidade como método para formulação e implementação de instrumentos de política pública de economia solidária: uma análise a partir dos CESOL

Resumo: O objetivo deste artigo é trazer elementos que gerem reflexividade para os/as agentes públicos quanto a necessidade da utilização da interseccionalidade como teoria e método nos processos de formulação e implementação de instrumentos de políticas públicas de economia solidária. A partir da revisão bibliográfica com contribuições de autoras dos feminismos negros, do método interseccional, associado a economia solidária e a teoria da instrumentalização das políticas públicas, fazemos uma análise documental sobre as chamadas públicas para seleção de organizações sociais para gestão dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL), do governo do Estado da Bahia. Os resultados apontam que os instrumentos analisados não evidenciam questões de raça e gênero, podendo reproduzir desigualdades sociais, inclusive quanto a divisão sexual do trabalho. Neste sentido, indica-se como a teoria e método interseccional pode contribuir nos processos de políticas públicas de economia solidária, para que estas sejam, de fato, instrumentos de outras economias possíveis. PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Interseccionalidade. Instrumentos de Políticas Públicas. CESOL.

Introdução

A relação trabalho, classe e raça sempre esteve presente na vida das mulheres negras. Diferentemente das feministas brancas do início do século XX que lutavam pelo direito ao trabalho e ao voto, as mulheres negras desde o tráfico de pessoas em África sempre trabalharam. Suas necessidades eram outras, dentre elas o direito à família e a convivência no lar, questões essas não abordadas pelo movimento feminista naquela época (DAVIS, 2016).

Trabalhar fora de casa sempre foi realidade para a maioria das mulheres negras, e sem distinção de gênero ao afirmar que tal qual a maioria dos homens escravizados, a maior parte das mulheres escravizadas trabalhavam na lavoura. O espaço que o trabalho ocupava na vida destas, reproduz, até os dias atuais, um padrão estabelecido pelos primeiros anos da escravização; mesmo hoje a mulher negra tem os demais aspectos da vida subjugados pelo trabalho (DAVIS, 2016)

A mulher negra da atualidade continua sendo observada como a trabalhadora ideal para os serviços domésticos, os serviços braçais, o cuidado dos filhos das mulheres brancas, os de baixa remuneração e sem segurança social. À mulher negra não é atribuída a existência de uma família, de filhos, de cuidados afetivos. São estas mulheres as não passíveis de afeto.

Ao constatar-se que a dimensão do trabalho sempre esteve relacionada a sobrevivência/existência da mulher negra diaspórica, há a necessidade do questionamento do porquê de, em que pese as atividades laborais, a emancipação econômica, política e social não se faz presente? Sobre isso, bell hooks (2018) afirmou que o trabalho não irá, necessariamente, libertar as mulheres do patriarcado, entretanto, a autossuficiência econômica é necessária para o alcance dessa libertação. Mas o alcance da autossuficiência financeira chega do mesmo modo para todas as mulheres?

Na intersecção trabalho, classe e raça à subjugação da mulher negra se faz mais

marcante, na medida em que trabalhar obtendo remunerações baixas não significa libertação da dominação masculina (hooks, 2018) e, por consequência, a emancipação feminina. Assim, ao articular classe, raça e gênero, aprofunda-se a separação existente entre mulheres brancas e negras, pois o conjunto de privilégios advindos da raça situa as primeiras em posição de superioridade, também, em trabalhos com melhores ganhos.

É importante pensar qual o tipo de trabalho é libertador e quais mulheres conseguem acessar esses trabalhos. É imperioso refletir, ainda, quais mulheres, dentro de uma estrutura social racializada, servem para garantir o acesso de outras a esses trabalhos e quais os caminhos para proporcionar maior democratização desses espaços laborais.

Em cinco séculos da chamada “modernidade”, o capitalismo e a industrialização promoveram mudanças significativas nas relações sociais e culturais, colocando o gênero e a raça como duas categorias fundamentais de exploração para a estruturação de estados-nação. Somos sujeitadas a um conjunto de normas e regras de um sistema opressor, no qual a subordinação das mulheres, especialmente das negras, é naturalizada, dolorosamente apaziguado e reproduzida em todas as esferas da vida social, tendo pouca, ou nenhuma crítica na elaboração da vida cotidiana (OLIVEIRA, 2020).

Do ponto de vista micro, a interferência do macro influencia no cotidiano vivido pela população negra, pois é essa que habita os locais tidos como inabitáveis e que exerce os trabalhos que exigem maior esforço físico, menor remuneração e sem proteção trabalhista. Assim, discutir trabalho implica em considerar o marcador raça e suas relações com a classe social, que implica em analisar gênero. Nesse sentido, a interseccionalidade proposta por Crenshaw (2002), Davis (2016), Akotirene (2018) se revela como o ponto de partida transversal importante.

Akotirene (2018) afirma que a interseccionalidade é um sistema de opressão interligado, que não há, e não pode haver, hierarquização, comparação ou soma matemática para determinar as opressões vividas pelas mulheres negras. Assim, as múltiplas experiências por elas vivenciadas exigem uma plataforma conceitual enegrecida e não eurocentrada, que consiga articular, sem hierarquizar, os marcadores sociais que as cortam. A intersecção dos marcadores sociais é o que mostra as diferenças nas experiências femininas. Nos anos de 2020 e 2021 os dados de desocupação foi de 14.050 milhões e 13.388 milhões respectivamente e taxa de desocupação de 14% em 2020 e 12,8% até agosto do presente ano. A taxa de desocupação atingiu fortemente os negros, o crescimento foi de 11,45% para 16,63% para negros e de 9,17% para 11,58% brancos. No que se refere ao auxílio emergencial, 65% dos quase 70 milhões de

beneficiários são negros, cabe ressaltar que cerca de 55% da população do país é negra. (PNADC, 2021).

O desemprego afeta de forma diferente as pessoas na nossa sociedade sendo a raça e gênero determinantes para aprofundamento das desigualdades. Segundo dados da PNADC (2021), a maioria absoluta de desempregados se encontra entre a população preta e parda, cerca de 60%, e quase metade desse contingente, 48,2% não tem ensino médio. Quanto ao gênero, as mulheres representam 53%, os dados disponíveis não possibilitaram o cruzamento gênero/raça.

Assim, no sentido de pensar formas outras de relação trabalho/mulher e homem, que a economia solidária tem se revelado como uma possibilidade de geração de renda tendo por base outros paradigmas que não a acumulação e expropriação do trabalho por quem detém os meios de produção, pois, nesta outra forma de pensar o trabalho e sua relação com o mundo a solidariedade humana cria primazia em detrimento ao financeiro. Deste modo, a agenda da economia solidária no Brasil se institucionalizou a partir do ano de 2003, principalmente com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES ano, no âmbito do governo Federal, desenvolvendo vários processos e instrumentos de economia solidária passam a ser formulados e implementados de modo multiatorial, envolvendo governos e sociedade civil, em busca de ações coletivas para redefinir a ordem social e política, regular tensões da sociedade, integrar diferentes grupos sociais e resolver conflitos em torno de problemas de pública relevância (LASCOURMES; LE GALÈS, 2007, 2012). Com essa multiatorialidade, assumimos aqui que, as políticas e ações públicas enquanto construtos analíticos que resultam da implicação dessa multiatorialidade em fluxos ativados por e no interesse público em busca de soluções para problemas de pública relevância (BOULLOSA, 2013, 2019).

No Estado da Bahia tais processos avançaram bastante a partir de 2007, com a criação da Superintendência de Economia Solidária (Sesol), vinculada à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), sendo incluído no Plano Plurianual – PPA 2008-2011, o Programa Bahia Solidária. Neste propõe-se um dos principais instrumentos desta política, o Centro Público de Economia Solidária – Cesol, equipamento público multifuncional de atendimento a grupos econômicos solidários que visa contribuir, por meio da assistência técnica continuada, com a sustentabilidade destes grupos.

Assumir que as políticas públicas não são processos neutros é uma premissa neste texto que busca a partir dos estudos dos feminismos negros reforçar que a partir da posicionalidade, expressada por narrativas, emoções argumentos e lógicas adotadas nos processos de formulação e implementação de instrumentos de *policy*, podemos entender não somente quem somos, mas

também entender o que fazemos da nossa história ao desvendarmos as relações de opressão e violência que a narração social nos submete. Tal posicionalidade se imbrica com a lógica da reflexividade dos agentes públicos, no sentido que esta seja um elemento organizador das práticas. A ausência da “reflexão-na-ação” produz consequências e pode implementar novas desigualdades. Logo, a reflexividade crítica permite que “sigamos pensando enquanto agimos nos processos de políticas públicas”, sendo “também o que permite que as experiências passadas informem e transformem as experiências futuras, enriquecendo sua qualidade”(BOULLOSA, PEREZ, BESSA, 2021, p. 324).

Em que pese os avanços de tais políticas públicas, questionamos em que medidas as dimensões de raça e gênero são consideradas de modo interseccional, buscando inclusive não reproduzir a divisão sexual do trabalho, já que a economia solidária remete a novos valores pautados numa lógica plural e inclusiva. A partir dessas questões, o objetivo deste artigo é trazer elementos que gerem reflexividade para os/as agentes públicos quanto a necessidade da utilização da interseccionalidade como teoria e método nos processos de formulação e implementação de instrumentos de políticas públicas, especialmente, as de economia solidária.

Para atingir este objetivo além da revisão bibliográfica, apresentamos uma análise documental dos editais de chamada pública para seleção de organização social para gestão dos CESOL, enfatizando aspectos com relação a interseccionalidade.

Além desta introdução, o artigo traz mais quatro sessões. Na segunda, são feitos alguns apontamentos sobre a economia solidária. Na terceira, apresentamos os fundamentos da teoria da teoria da instrumentalização de políticas públicas. Na quarta e quinta parte apresentamos os resultados da análise documental trazendo sínteses que apoiem na reflexividade com relação a importância da adoção do método interseccional para formulação de instrumentos de políticas públicas de economia solidária. Por fim, trazemos algumas considerações finais.

1. Economia solidária: alguns apontamentos

Na América Latina o termo Economia Solidária se refere ao conjunto de iniciativas que, a partir da associação livre e democrática dos trabalhadores, visa ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação cidadã. A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso comum dos meios de produção e à autogestão, exercida na condução dos empreendimentos. Os empreendimentos organizados em torno do conceito de Economia Solidária aproximam a relação capital-trabalho. A forma de participação nas decisões estimula seus membros a atuarem de modo mais ativo na resolução de problemas da comunidade em que vivem, cumprindo, portanto, o papel formativo político.

Semelhante a experiência europeia, esses empreendimentos se utilizam de recursos e relações mercantis e não-mercantis (GAIGER, 2009).

Na tentativa aproximar ainda mais o conceito das experiências brasileiras, Kraychete (2000) utilizou o termo “economia dos setores populares”. Para o autor, essa economia é formada por pessoas que vivem à margem do capitalismo, são trabalhadoras e trabalhadores que, ao não se adequarem aos padrões rigorosos de exigências para ingresso no mercado formal do trabalho, seja por questões raciais, de gênero, classe, educacional ou geracional, buscam no empreendedorismo formas alternativas de geração de renda. Apresenta-se no espaço rural e urbano, guardando em si características que vão além dos processos de exclusão.

Segundo França Filho (2004) a Economia Solidária brasileira apenas pode ser compreendida mais adequadamente se inserida no contexto de uma economia popular. A economia popular se firma nas relações de “solidariedade ordinárias”, ou seja, aquelas praticadas nos grupos primários – família, vizinhos, amigos, comunidade – e é na reciprocidade¹ que se encontram os meios para a produção, confrontando a ideia de indivíduos autônomos e evidenciando relações de interdependência em todos os espaços sociais. A reciprocidade entendida como igualdade na interação, organiza a troca e o envolvimento entre indivíduos. As atividades econômicas desenvolvidas são de base comunitária e articula necessidades e saberes com ênfase na dimensão econômica. O conceito de Economia Solidária, portanto, compreende um amplo espectro de iniciativas de auto-organização socioeconômica partindo da sociedade civil e dos meios populares. Nesse sentido, a economia popular se revela em formas comunitárias, contidas na base dos projetos de Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2020).

Ressalta-se, porém, que a Economia Solidária, hoje em curso, se pretende ir além da economia popular, na medida em que essa última se destina, *a priori*, a geração de renda para garantir a sobrevivência, estando, portanto, subordinada a lógica do capital, funcionando como reprodutora simples da vida e sem capacidade, ou pouca, de agir nos problemas sociais mais graves a partir de sua ação (FRANÇA FILHO, 2004).

É importante ressaltar que iniciativas começam a surgir tendo como objetivo, também, a atuação na realidade social a qual estão inseridas. Ao assumirem, em dada medida, características autogestionárias, entende-se que essas ainda são processos de aprendizagem de uma cultura política de governança democrática e de amadurecimento dos indivíduos que constituem os grupos, os empreendimentos se familiarizam com conteúdos políticos

¹ Segundo Rosanyalon, apud Sendón (2012), o princípio que expressa a relação entre indivíduos é a reciprocidade. A ideia da sociedade de iguais, defendida pelo autor, se sustenta nos princípios da singularidade, comunalidade e reciprocidade.

importantes para entendimento da ação e do propósito da Economia Solidária (FRANÇA FILHO, 2020), ressignificando o papel dos empreendimentos. As experiências de Economia Solidária, a qual se refere o autor, conseguem mobilizar uma multiatorialidade para a busca de soluções para problemas públicos.

2. Política pública: por uma abordagem a partir dos seus instrumentos

A Política Pública de Economia Solidária surge, essencialmente, das demandas do movimento social, aqui considerando como a multiatorialidade, criado em torno da causa, quando, em momento político favorável, teve suas demandas negociadas e incorporadas nas agendas governamentais. Passam, a partir de então, a serem executadas ações, quase que exclusivamente, mediante arranjos institucionais com repasses consideráveis de recursos públicos, ainda que tais ações sejam reguladas pelo Estado. Trata-se de uma multiatorialidade em contínua transformação, situada no tempo e no espaço, que foi sendo construída no próprio fluxo, como êxito de diferentes práticas de uso, ativas por diferentes grupos, os quais, ao consolidar suas gramáticas e instrumentos de ação vão se tornando público em tais e de tais fluxos (BOULLOSA, 2019).

A garantia da efetivação dessa política pública é dos seus beneficiários (*policytakers*), e está centrada na atuação dos empreendimentos econômicos solidários. É na prática da produção, da comercialização, da autogestão e horizontalidade das decisões que essa política ganha solidez. Nesse sentido, o conceito de política pública em Lascoumes e Le Galès (2012, p.53), remete a “um espaço sociopolítico construído tanto por meio de técnicas e instrumentos como por objetivos ou conteúdo”. Tal concepção coaduna com a proposta de que:

“políticas públicas são fluxos multiatoriais situados, dentro de um contexto político mais amplo de superação das relações de subalternidade. Tais fluxos são compostos por instrumentos, práticas e argumentos ativados pela multiatorialidade interessada tanto na definição de problemas públicos, e de suas alternativas de solução, quanto na preservação de bens públicos. São, portanto, materiais de ação de um “conjunto impreciso de atores que entram e saem conformando tais fluxos, que modelam e são modelos por quadros de valores que lhes subjazem. Essa imprecisão explica-se pela natureza de difícil governo, imprevisibilidade e impossibilidade de orquestração dos atores” (BOULLOSA, 2019, p. 92)

As capacidades dos diferentes atores políticos na formulação e implementação das políticas públicas exercerem o concreto do poder político também é um desafio. É importante questionar os limites do governo, com relação a capacidade de empoderamento de certos grupos e interesses sociais (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012). Nesse sentido, a teoria da instrumentalização de políticas públicas compreende que existe um conjunto de problemas apresentados pela escolha e o uso de instrumentos (técnicas, formas de operar, dispositivos),

não apenas com relação a escolha de um instrumento em detrimento de outro, mas também verificar os efeitos produzidos por essas escolhas. A ideia de instrumento remete a um dispositivo que é, ao mesmo tempo, técnico e social visando representar e dar significados às relações entre o Estado e a sociedade (LASCOUMES; LÉ GALÈS, 2004 *apud* LE GALÈS, 2012).

Dentro da lógica da instrumentalização das políticas públicas deve-se compreender a percepção de cinco elementos articulados entre si: atores (individuais e coletivos, dotados de recursos, guiados por interesses materiais e/ou simbólicos), representações (espaços cognitivos e normativos que dão sentido às suas ações), instituições (normas, regras, rotinas e procedimentos que governam as interações), processos (formas de interação e recomposição no tempo que justificam as mobilizações) e resultados (consequências, outputs, efeitos da ação pública) (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012).

Consideramos nesse estudo que o Cesol são instrumentos da política de economia solidária, a partir de uma lógica de não neutralidade técnica, desnaturalizando esse objeto, mostrando suas intencionalidades políticas e “que seu progresso depende mais das redes sociais que se formam nas relações do que pelas suas próprias características” (LASCOMES; LE GALÈS, 2007). Desse modo, tal instrumento carrega valores e modos de ver e conduzir a sociedade, refutando, a tese da pretensa neutralidade em políticas públicas, assumindo a indissociabilidade entre fato e valor (FISCHER, 1980 *apud* BOULLOSA, PERES, BESSA, 2021).

Os Cesols são instituição com características peculiares, que representam um dispositivo técnico com uma finalidade genérica de realizar um conceito concreto da relação política/sociedade, sustentado por uma base de regulação, como definido por Lascoumes e Le Galès (2007). Estes determinam, parcialmente, quais os recursos que podem ser usados e por quem, bem como permitem formas de ação coletiva para estabilizar e fazer o comportamento dos atores o mais previsível e, provavelmente, mais visível. Desta forma, trata-se de um instrumento que, abre novas perspectivas de usos ou de interpretações por empreendedores políticos, que não têm sido previstas e são difíceis de serem controladas, alimentando assim uma institucionalização dinâmica (FLIGSTEIN, STONE, SANDHOLZ, 2001 *apud* LASCOUMES, LÉ GALÈS, 2007)

3. Os marcadores sociais de gênero, raça e classe nos editais de contratação das executoras do instrumento Cesol

Nas duas últimas décadas vem se ampliando no Brasil a produção de indicadores que permitem analisar as desigualdades de gênero na nossa sociedade. As informações censitárias, quando desagregadas por sexo, evidenciam um fosso por vezes invisibilizado entre as categorias homem e mulher. Ao cruzar as informações desagregadas sexo e mercado de trabalho, por exemplo, se pode obter informações importantes sobre diferenças nas remunerações, carga horária diária de trabalho, qualificação, estrutura familiar etc.

O mesmo ocorre ao se desagregar as informações por raça, essas revelam as desigualdades de acesso e oportunidades destinadas às populações a partir da cor da pele e da etnia. Por meio do cruzamento raça e habitação, por exemplo, é possível identificar qual aquela com maior acesso a ambientes domiciliares seguros e com maior oferta de serviços públicos, assim como é possível identificar as diferenças quanto ao acesso à educação, mercado de trabalho, cultura, entre outros.

Entre os anos de 2003 e 2015, utilizando-se de informações disponíveis em suas bases de dados, o governo federal concebeu diversas políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de acesso a bens e serviços, incluindo na pauta pública marcadores de gênero, raça, etnia, orientação sexual, classe, entre outras. Para fazer frente a esses novos olhares sobre a mulher, o negro e a negra e seus papéis na sociedade brasileira, desenvolveu indicadores capazes, em tese, de refletir, direta ou indiretamente, a eficácia e a efetividade das políticas públicas empreendidas na disseminação da equidade com vistas à igualdade.

A função destes indicadores, para além de medir o desempenho das ações executadas pelo Estado, era, e é, identificar, a partir da análise das condições de vida dos seus cidadãos, as necessidades de ajustes ou de pensar novas ações; redirecionar as ações que não atingiram as metas desejadas; assim como, sugerir novas formas de abordagens para problemas públicos já identificados, etc. Servem, ainda, para monitorar e avaliar a implementação de políticas públicas das ações, construir diagnósticos mais amplos e análises mais precisas sobre a natureza das desigualdades, classe social, de gênero, raça, geração, etnia, orientação sexual, entre outras, e como tais dimensões se interseccionam (OLIVEIRA, 2020).

Na Bahia, a intersecção de marcadores sociais na formulação e implementação de instrumentos de políticas públicas de economia solidária ainda não se reflete nas metas estabelecidas nos planos plurianuais, aparecendo apenas de forma isolada, o que impacta na mensuração dos seus resultados. Apresentados a seguir um quadro com síntese sobre as metas e indicadores do instrumento de política pública Cesol, estabelecidos nos editais públicos de 2012, 2019 e 2018, permitindo analisar como a sua atuação incide no enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe.

QUADRO 1 – Análise dos Editais nº 009/2012, 003/2012, 006/2018 do Governo do Estado da Bahia para seleção de organização social para gestão de centros públicos de Economia Solidária

Edital 009/2012		Edital 003/2013		Edital 006/2018	
Meta maior - Incremento de 10% da renda produtiva familiar		Meta maior - Incremento de 10% da renda produtiva familiar		Meta maior – comercialização em rede	
Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores	Serviço	Indicadores
Instalação do CESOL	CENTRO PÚBLICO em condições físicas de funcionamento	Instalação do CESOL	CENTRO PÚBLICO em condições físicas de funcionamento	Prestar assistência técnica com vistas a levantar potencialidades e oportunidades de mercados para os empreendimentos atendidos pelo Cesol	Relatório com estudo do território sobre vocações, segmentos, cadeias produtivas, potencialidades econômicas, Políticas Públicas ligadas ao desenvolvimento territorial e atividades com maior oportunidade de atuação para o EES existentes; Relatório com estudo de redes de cooperação e intercooperação solidária existentes no território.
Processos de trabalho implantado	Processos de trabalho em condições de operação	Processos de trabalho implantado	Processos de trabalho em condições de operação	Prestar assistência técnica com vistas a melhorar as condições de gestão e gerenciamento do EES	Empreendimentos da carteira do CESOL com Plano de Ação elaborado
Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Diagnósticos do contexto realizados	Diagnóstico e análise do contexto socioprodutivo local/territorial	Diagnósticos do contexto realizados	Prestar assistência técnica para a comercialização de produtos dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos com produtos inseridos em mercados convencionais; Empreendimentos com no mínimo 02 aspectos do produto melhorado; Plano de Marketing para os produtos e serviços da Rede de Comercialização dos EES atendidos pelo Cesol.; Peças de comunicação e propaganda desenvolvidas e veiculadas.
Oficinas Temáticas (Sensibilização)	8 Oficinas Temáticas (Sensibilização) realizadas	Oficinas Temáticas (Sensibilização)	8 Oficinas Temáticas (Sensibilização) realizadas	Prestar assistência técnica para aumentar a capacidade de integração, cooperação e intercooperação dos empreendimentos atendidos pelo Cesol	Empreendimentos inseridos em redes de comercialização. Cooperativas Centrais (de 2º grau) constituídas com fins de comercialização Constituição de Fundos Rotativos Solidários criado com participação dos EES atendidos pelo CESOL; Empreendimentos inseridos nas Lojas fomentadas e apoiadas pelos Centros Públicos de Economia Solidária; Eventos de estímulo ao consumo responsável.
Estudo Viabilidade Econômica – EVE	126 Estudos de viabilidade econômica realizados	Estudo Viabilidade Econômica – EVE	126 Estudos de viabilidade econômica realizados	Monitorar a assistência técnica socioprodutiva	Empreendimentos com informações atualizadas; Famílias com informações atualizadas
Ass. Tec gerencial Prover acesso a ativos produtivos	108 Empreendimentos com assistência gerencial	Ass. Tec Prover acesso a ativos produtivos	108 Empreendimentos com assistência gerencial	Instalação Física do Centro Público de Economia Solidária – CESOL	Centro Público de Economia Solidária em condições físicas de funcionamento.
Assistência técnica socioprodutiva	108 Empreendimentos assistidos pela assistência socioprodutiva	Assistência técnica socioprodutiva	108 Empreendimentos assistidos pela assistência socioprodutiva	N/A	N/A
Assistência técnica específica	108 Empreendimentos capacitados	Assistência técnica específica	108 Empreendimentos capacitados	N/A	N/A
Orientação de acesso ao crédito	72 Empreendimentos orientados para acesso ao crédito 72 Empreendimentos encaminhados para as agências de microcrédito	Orientação de acesso ao crédito	Meta condicionada ao interesse do empreendimento	N/A	N/A

	72 Empreendimentos que acessaram microcrédito				
Assistência técnica em comercialização	108 Empreendimentos assistidos pela assistência em comercialização	Assistência técnica em comercialização	108 Empreendimentos assistidos pela assistência em comercialização	N/A	N/A
Monitoramento da Assistência Socioprodutiva	108 Empreendimentos e famílias com informações atualizadas	Monitoramento da Assistência Socioprodutiva	108 Empreendimentos e famílias com informações atualizadas	N/A	N/A

Fonte: análise documental realizada por Oliveira (2020)

Ao estabelecer uma relação entre as metas e indicadores dos editais com os marcadores de gênero, classe e raça, evidenciou-se não haver, a princípio, e de forma explícita, um direcionamento relacionado a esses marcadores. Importante reafirmar que 51,10% da população da Bahia é constituída por mulheres, dessas 79,3% são negras (IBGE, 2010). Esse dado não pode passar despercebidos do pensar da política pública, sobretudo daquelas destinadas a inclusão de pessoas em situação de pobreza, como é o caso do instrumento Cesol, que traz em seu edital a afirmação de que o Cesol por ter:

vocação seminal de abranger objetivos mais ampliados do que os proclamados pela lógica de mercado, aborda a Economia Solidária em uma perspectiva de estratégia de desenvolvimento e de busca de equidade social, para além da acumulação de riquezas e do lucro per si (BAHIA, Edital 06/2018. p. 23).

Nessa perspectiva, no tocante a classe, talvez apareça, não como marcador evidenciado em seus indicadores, mas na composição do público-alvo mais vulnerabilizado e que é atendido por outras políticas sociais.

O Programa Vida Melhor lançado através do Decreto n.º 13.167, de 11 de agosto de 2011, que estabeleceu a instituição do Programa Estadual de Inclusão Socioprodutiva, tendo este a finalidade de incluir socioprodutivamente, pelo trabalho decente, pessoas em situação de pobreza e com potencial laborativo, com vistas à sua emancipação. O programa é direcionado aos baianos na faixa etária de 18 a 60 anos, prioritariamente inscritos no CadÚnico, pertencentes a famílias com renda mensal de zero até meio salário mínimo por pessoa (BAHIA, EDITAL 03/2013. p. 11).

A afirmação da questão de gênero, por sua vez, também não aparece de forma evidente, entretanto, os dados trazidos pelo CadCidadão evidenciam a participação majoritária das mulheres nos empreendimentos, assim, ainda que não esteja presente, a Política Pública de Economia Solidária tem maior incidência na população feminina.

A raça, mesmo que todos os dados acerca da população da Bahia comprovem a presença predominante da população negra, tal dimensão não é considerada na formulação dos certames, por conseguinte, não há desdobramentos nos objetivos e públicos-alvo desta política.

4. Interseccionalidade como método transversal de análise da política pública de Economia Solidária

Os dados anteriormente apresentados trazem como evidência o já conhecido local da mulher negra nos ambientes de trabalho, seu acesso limitado à educação formal e a baixa remuneração associada às atividades laborais. As trabalhadoras autônomas, ambulantes e informais, como demonstrado, são, em grande maioria, as negras, na medida em que são essas que estão fora do mercado formal de trabalho, racializadas e socialmente abjetas. Estas não se encaixam na construção eurocentrada de mulher, pelo contrário, são a antítese dessa construção, ocupando, nesta lógica, a posição de não mulher.

No Brasil, o mito da democracia racial que persistiu (e ainda persiste), solidificou a estrutura racista que constitui a nossa cultura social. Para Figueiredo (2017) o movimento negro e as lutas identitárias foram fundamentais para revelar e comprovar as desigualdades sociais do nosso país, nesse sentido, a autora destaca que:

no contexto dos anos 1970, 1980 e 1990, todos os esforços foram realizados com o objetivo de mostrar e comprovar as desigualdades raciais no Brasil e o modo como o racismo impactou as expectativas de vida, o acesso à saúde, à moradia, à educação e a conversão da educação em trabalho e renda, entre outros aspectos da população afro-brasileira (FIGUEIREDO, 2017, p.104).

Assim, categorizar mulheres brancas e negras é, portanto, o ponto de partida para a compreensão das diferenças que se evidenciam ao tratarmos as questões de gênero. Não existe uma entidade chamada mulher, mas existem mulheres: brancas, negras, burguesas e proletárias e negras proletárias, com deficiência, jovens e idosas, indígenas e de diversas etnias. A ideia binária de gênero expressa o sistema impositivo e opressor de colonizadores para com colonizados, a construção universal não cabe para nós brasileiras, não cabe para América Latina e África. Para Lugones (2008) a modernidade organiza o mundo, ontologicamente, em termos de categorias homogêneas, atômicas e separáveis, o que leva ao entendimento sob este prisma que:

se mulher e negro são termos para categorias homogêneas, atomizadas e separáveis, então sua intersecção mostra-nos a ausência das mulheres negras – e não sua presença. Ela segue o seu pensamento e afirma que ver mulheres não brancas é ir além da lógica *categoria* (grifo da autora) (LUGONES, 2014.p.935).

É uma lógica dicotômica, hierárquica e central no pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade (LUGONES, 2008). Ao trazer a dimensão de mulheres, a proposta é entendê-las como múltiplas em seus contextos e cosmovisão, e, é desse modo que a interseccionalidade se revela como método analítico e conceito.

Para Crenshaw (2004) a interseccionalidade é a conceituação do problema que busca

capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos da subordinação. Revela o modo como sistemas discriminatórios interagem para criar desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classe e outras.

A metáfora utilizada pela autora e que serve de elucidação para o termo, faz analogia à existência de vários eixos de poder – raça, classe, etnia, gênero – e que esses constituem as avenidas que estruturam o terreno social. Tais eixos/avenidas, frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas com dois, três ou, até, mais eixos. As mulheres racializadas, de maneira geral, estão posicionadas em espaços nestas avenidas do terreno social onde quase todos, se não todos, os eixos se cruzam (CRENSHAW, 2002. p. 7).

Como método de análise, a interseccionalidade pode identificar que as desigualdades de gênero são potencializadas e aprofundadas pela raça, classe e outros marcadores sociais que transversalizam à categoria mulher. Não se trata de um protocolo ou modelo sequenciado de análise, mas do aguçamento da sensibilidade para observar as categorias que emergem e como estas se articulam na produção das desigualdades. Logo, não se trata apenas de um método de fazer pesquisa para fundamentar e formular políticas públicas, mas uma ferramenta de empoderamento das pessoas em que a teoria e prática são interconectadas.

Adotar a interseccionalidade como método para formulação e implementação de instrumentos políticas públicas de economia solidária implica em entender que a multiatorialidade assume argumentos e valores que não podem ser não-naturalizados (BOULLOSA, PERES, BESSA, 2021) e, nesse sentido, a interpretação interseccional pode ser considerada como um método. Assume-se assim, uma postura explicitamente deontológica, de quem faz pesquisa crítica assumir a reflexividade como caminho de aprendizagem individual e coletiva. Ser crítico-reflexivo/a/o é também assumir o próprio processo de políticas públicas como um argumento cujas validades só se dão em quadros específicos de valores (FISCHER, 1987; STONE, 1988; MAJONE, 1989), explicitando-os, e só se realizam publicamente no contexto mais amplo do debate político democrático (BOULLOSA, 2019). Deste modo, a reflexividade que traz uma nova posicionalidade valorativa (ibid) na qual os instrumentos sejam formulados considerando classe, raça e gênero como marcadores fundantes para qualquer alternativa em torno de enfrentamento de problemas públicos.

Considerações finais

Fomentar, por meio de políticas públicas, a participação das mulheres nos empreendimentos de Economia Solidária sem interseccionar as categorias raça e gênero não

traz contribuições efetivas do pensar multidimensional que compõe a categoria “mulher” e, consequente percepção do conjunto de opressões que incidem à mulher negra. O não entendimento de que esta, historicamente, é intercortada por marcadores sociais que determinam seus espaços e habilidades de trabalho é, de certo modo, colaborar para a manutenção da posição subalternidade.

Na análise do Cesol evidencia-se a pertinência dos efeitos políticos e sociais do instrumento, o que vai além das características técnicas. Nesse sentido, e reforçando a sua não neutralidade, torna evidenciada a relação entre atores e sujeitos da política, o que o faz ser percebido como uma instituição (LASCOUMES, LE GALÉS, 2004). Em que pese a importância deste instrumento da política de economia solidária na Bahia, percebe-se o quanto mesmo sendo este o estado mais negro do país e tendo a forte presença feminina nesta política, os editais e indicadores que viabilizam a formulação e implementação, não atentam para a interseccionalidade de raça, gênero e classe. Nos editais não são evidenciadas questões de raça e gênero; não estando refletidos, portanto, nas metas e respectivos indicadores. Dessa maneira, o instrumento normativo não reflete em seus discursos implícito ou explícito tais questões, o que desobriga as OS de tratarem gênero e raça.

Tentando trazer para a prática das relações de trabalho, uma mulher negra, não alfabetizada e periférica, sofrerá múltiplas opressões vindas de vários eixos. Assim, esse corpo negro estará submetido a múltiplas opressões e vulnerabilidades, a exemplo dos trabalhos com baixa remuneração e sem proteção social. Ela é obrigada a negociar o “tráfego” que flui através dos cruzamentos, e tal negociação determina a sua sobrevivência.

A interseccionalidade trata da análise das condições estruturais que atravessam essas mulheres, das posições objetivas e subjetivas que significam esses corpos, corpos modelados pela estrutura social; estrutura essa que estabiliza as opressões como se natural fossem, atribuindo ao corpo negro feminino, impositivamente, identidades poucas vezes contestadas: a trabalhadora doméstica; a preta gostosa; a resistente; a não escolarizada; a “mulher de bandido”; a não mulher – entendendo mulher como um conceito cis/hetero/branca/ eurocentrada.

Ao se propor, em função dos princípios da Economia Solidária, incluir, socioprodutivamente, pessoas em idade laboral, por meio do trabalho decente, o Cesol precisaria atentar para as desigualdades raciais e de gênero postas para aqueles e aquelas que atuam, cotidianamente, na prática econômica solidária, desse modo os processos formativos ofertados tratariam essas especificidades de modo a problematizar a posição das mulheres negras nos empreendimentos e a naturalização dos papéis atribuídos às mulheres em atividades demarcadas pelo gênero.

Talvez as constatações, aqui trazidas, não sejam novidades, e, de certa maneira, reforcem o fio condutor deste artigo: a necessidade de aproximar Economia Solidária ao debate de gênero, raça e classe, entendendo que esta nova forma de organização para o trabalho não deve repetir práticas de inferiorização, subalternização e discriminação em função dos marcadores sociais citados.

Enfim, os instrumentos de política pública de economia solidária precisam ter a capacidade de incidir nas desigualdades, sobretudo, no conjunto de violências que impactam, de forma severa, as mulheres negras. Devem se apresentar como ferramentas práticas e teóricas para o exercício interseccional com capacidade de transformação do pensamento por meio dos processos formativos por ela produzidos. A interseccionalidade, enquanto teoria e método, precisa ser compreendida e assimilada pelos formuladores da política pública, sejam esses agentes públicos ou sociedade civil.

Referências:

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BAIROS, L. **Nossos feminismos revisitados**. Dossiê Mulheres Negras – M. R. (org.). Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v.3, n. 3, p. 458-463, 1995.

BAHIA. **Edital de seleção nº 009/2012 - 003/2013 - 006/2018** – Assistência técnica e extensão urbana para empreendimentos associativos, através da implantação/gestão de centro público de 109 economia solidária, por entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada ou que pretenda qualificar-se como organização social. Secretaria de Governo. 2012. Disponível em:
http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/ArquivosPDF/edital_setre_03_2013.pdf Acesso em: 15 abr. 2021.

BOULLOSA, R. F.. Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. **Publicações da Escola da AGU**, série especial, 2019, pp. 89-105.

BOULLOSA, R.F; PERES, J. L.; BESSA, L. F. M.). Into the Field: a Reflexive Narration of Critical Policy Studies. **Organizações & Sociedade**, n. 28, v. 97, 2021. p. 205-332

COLLINS, P . H. ; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem. 2004. Disponível em:
<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

FIGUEREDO, A. **Apresentação e comentários à entrevista de Ochy Curiel**. Cadernos de Gênero e Diversidade, vol. 3, n. 04 - Out. - Dez., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/25199>. Acesso em: 09 jul. 2022.

FRANÇA FILHO, G. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública**. Cadernos EBAP. BR. v. 2, n.1, p. 1-18, 2004.

FRANÇA FILHO, G.; RIGO, A.; SOUZA, W. **A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro)**. Revista Organizações & Sociedade: O&S / Universidade Federal da Bahia, UFBA: Núcleo de Pós-Graduação em Administração, PGA/Editora da Universidade Federal da Bahia, v. 27, n.94, p. 556-584, 2020.

GAIGER, L. **Antecedentes e expressões atuais da economia solidária**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, p. 81-99, 2009.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Estudos feministas, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.464-478, 1995.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. [recurso digital].

KRAYCHETE, G.; COSTA, B.; LARA, F. (orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **A ação pública abordada pelos seus instrumentos**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 9, n.18, p. 19-44. 2012.

_____. **Sociologia da Ação Pública**. Maceió: Ed. UFAL, 2012.

_____. **Introdução: Entendendo políticas públicas através dos seus instrumentos** - Da natureza dos instrumentos a sociologia da instrumentação das políticas públicas. In: Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions, vol. 20, n. 1, January 2007, p. 1–21.

MAJONE, G.. **Evidence, Argument and Persuasion in the Policy Process**. New Haven: Yale University Press, 1989.

OLIVEIRA, K. C. "É muito feminino, sabe?" A interseccionalidade nas políticas públicas de economia solidária no Cesol Recôncavo. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento. Cachoeira-BA: UFRB, 2020

PINHO, O. **O Sacrifício de Orfeu: Masculinidades Negras no Contexto da Antinegitude em Salvador**. In: _____. CAETANO, M.; MELGAÇO, P. (orgs.). De Guri a Cabra-Macho: masculinidades no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

STONE, D. **Policy Paradox and Political Reason**. Glenview: Scott Foresman, 1988.